

# **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO FORMA DE REDUÇÃO DOS ÍNDICES CRIMINAIS**

## **COMMUNITY POLICY AND REVIEW OF PUBLIC SPACE AS A WAY OF REDUCING CRIMINAL INDICES**

ALMEIDA, Patrocínio Rodrigues de<sup>1</sup>  
GOMES, Lucas Antônio de Moraes<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo verificar a relação existente entre criminalidade, violência e espaço público abandonado e a importância do policiamento comunitário como forma de se promover a segurança desses espaços com efetividade. A metodologia utilizada consistiu no estudo de realidade do Parque Ambiental Macambira Anicuns, por meio da aplicação de dois questionários, um respondido por Policiais Militares e outro por moradores da região do parque. As perguntas aos dois públicos levaram a respostas objetivas sobre a questão da segurança antes e após a construção do parque. A base para as discussões do trabalho foi a teoria das janelas quebradas, de Wilson e Kelling (1982), como pressuposto de intervenções nos espaços públicos, por meio da revitalização, e também a filosofia do policiamento comunitário. Os resultados das pesquisas apontaram, dentre outros, que tanto para policiais quanto para moradores, a revitalização de espaços públicos é medida eficiente na prevenção e redução de crimes. Conforme a pesquisa realizada, conclui-se que a existência de um ambiente bem estruturado, articulado com o policiamento inteligente, em parceria com a comunidade, inibe a criminalidade e afasta o sentimento de insegurança e medo das pessoas de usufruírem dos espaços públicos.

**Palavras chave:** Espaços Públicos. Parque Ambiental Macambira Anicuns. Policiamento Comunitário.

### **ABSTRACT**

The present work aims to verify the relationship between crime, violence and abandoned public space and the importance of community policing as a way to effectively promote the security of these spaces. The methodology used consisted of studying the reality of the Macambira Anicuns Environmental Park, through the application of two questionnaires, one answered by Military Police and the other by

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos. Gestor em Segurança Pública pela FATEG (Faculdade de Tecnologia e Educação de Goiás); Policial Militar há 18 anos. Já serviu no BPMROTAM, CIOE, Comando de Gestão e Finanças e pertencente à Assistência Policial Militar do Ministério Público de Goiás há 10 anos. Email: sgtpatrocínio2@hotmail.com.

<sup>2</sup>Professor orientador: Major QOPM da Polícia Militar de Goiás, Bacharel em Direito e Especialista em Direito Penal e Processual Penal e professor de Policiamento Comunitário no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: lucasantonio\_31@hotmail.com.

residents of the park region. The questions to both audiences led to objective answers on the issue of safety before and after the construction of the park. The basis for discussions of the work were Wilson and Kelling's (1982) broken window theory, as a prerequisite for interventions in public spaces, through revitalization, and also the philosophy of community policing. The research results pointed out, among others, that for both police and residents, the revitalization of public spaces is an efficient measure in preventing and reducing crimes. According to the research carried out, it is concluded that the existence of a well-structured environment, articulated with intelligent policing, in partnership with the community, inhibits crime and removes the feeling of insecurity and fear of people from enjoying public spaces.

**Keywords:** Public spaces. Macambira Anicuns Environmental Park. Community Policing.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os problemas provocados pela urbanização e expansão urbana estão a transformação do ambiente natural, ocupação desordenada, criminalidade e violência, somada a carência de segurança pública. Essa realidade vem fomentando na sociedade o debate na busca por qualidade de vida no meio urbano. A criminalidade e violência, sobretudo no espaço público, tem crescido de modo marcante ao longo dos anos, retirando das pessoas o direito à vida social e comunitária.

Brasil (1988), estabelece que a segurança pública é um dever do Estado, sendo direito e responsabilidade de todos, a qual é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O policiamento tradicional (reativo) atua sempre baseando-se em fatos já ocorridos como forma de emprego das forças policiais, sem analisar substancialmente as especificidades das realidades de cada comunidade. Com isso, principalmente nas grandes metrópoles, já não se consegue resultados satisfatórios na mitigação dos índices de criminalidade. Desse modo, o presente trabalho propõe-se a debater em torno da importância do policiamento comunitário como novo paradigma para a segurança pública.

Nesse sentido o foco do trabalho será com vista na análise de como se dá o processo de cooperação entre polícia e comunidade no zelo pela segurança de espaços públicos de uso comum, que muitas vezes os moradores são privados do uso. Será abordada a filosofia do policiamento comunitário como alternativa eficiente na prevenção da criminalidade e da violência. A motivação desse trabalho surge a partir da preocupação com a necessidade de novas estratégias das forças de

segurança para a promoção da paz social no ambiente urbano. Pretende-se responder à seguinte inquietação: de que maneira as condições ambientais podem contribuir nos índices criminosos? Para obtenção dos resultados pretendidos, se lançará mão da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e aplicação de questionários.

O presente trabalho tem como objetivo verificar a relação existente entre criminalidade, violência e espaço público abandonado e a importância do policiamento comunitário como forma de se promover a segurança desses espaços com efetividade, a partir do estudo da realidade concreta do parque Ambiental Macambira Anicuns, no Setor Faiçalville, localizado na cidade de Goiânia. Desse modo, se verificará as consequências de sua criação para os moradores da localidade, as atividades de policiamento comunitário e as impressões em torno da segurança pela ótica de moradores e policiais.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 ESPAÇO URBANO E CRIMINALIDADE: UMA BREVE ANALISE DO PROBLEMA**

A relação entre espaço urbano e violência é algo bastante discutido pelos estudiosos da área de criminologia e também da segurança pública. Nesse sentido, demonstra-se como preocupante o processo de degradação do espaço urbano pelas ocupações desordenadas do solo e constituição de zonas periféricas sem planejamento. Francisco Filho (2010, p.10) aponta que um dos parâmetros mais usado como indicador da degradação urbana é a deficiência de infra-estrutura, que caracteriza espaços urbanos oriundos de invasões, loteamentos ilegais e favelas. Desse modo, a sensação de ausência do poder público serve como fator de impulsão para atividades delitivas.

Ramão e Wadi (2010, p.207) ressaltam que a violência e a criminalidade crescem na mesma velocidade que também cresce a comunidade urbana, atraindo com frequência a discussão da sociedade e dos governos em busca de solução. Os autores também apontam que o Brasil tem registrado crescimento de violência devido ao processo de urbanização desde os anos 60, atingindo índices superiores à média

mundial, gerando constante inquietação social. O espaço urbano tem sido estudado como fator de influência para a criminalidade por vários estudiosos.

Embora o crescimento da violência seja sentido por toda a população, sua distribuição não ocorre de forma homogênea por todo o tecido urbano, mas possui especificidade, qualitativa e quantitativa. As regiões periféricas, por exemplo, apresentam maiores índices que apontam para os crimes contra a pessoa, enquanto nas regiões centrais, mais ricas, estão concentrados os crimes contra o patrimônio. (FRANCISCO FILHO, 2010, p.1)

Conforme o trecho acima é possível constatar que existe uma relação entre espaço e criminalidade, inclusive sobre espécies de crimes. Delgado (2014, p.8) aponta que o espaço urbano cresce do centro para a periferia e que “esta divisão socioespacial gera, inegavelmente, conflitos”. Desse modo, tem-se de um lado o centro, “que possui as melhores condições de vida, como saúde, transporte, lazer, boas escolas, e de outro, um ambiente degradado, que produz uma paisagem urbana inóspita e esteticamente feia, a periferia” (DELGADO, 2014, p.11).

Não há criminosos inatos, mas pessoas que, vivendo em determinados ambientes degradados e degenerados, acabam sofrendo influência dos fatores exógenos que as circundam. O homem não é endogenamente um criminoso, mas, dependendo de seu habitat, pode vir a se tornar um criminoso(...). Portanto, é a cidade, enquanto espaço físico, geograficamente falando, o primeiro ponto de partida da análise sociológica e criminológica da violência e da criminalidade. (DELGADO, 2014, p.3-4)

Como se abstrai do trecho acima, a relação entre criminalidade e espaço urbano está, por consenso de estudiosos, relacionada a um conjunto de fatores sociais e econômicos, ou seja, quanto maior for o nível de desassistência de políticas públicas em determinado local, maior será a probabilidade de indivíduos atuarem em atividades criminosas. Contudo, a violência perpetrada pelos criminosos é difusa, não sujeita apenas a comunidade local, mas também toda a circunvizinhança. Francisco Filho (2010, p.9) ressalta que “a pobreza, isoladamente, não se caracteriza como um elemento indutor da violência e da criminalidade, mas os fatores que agem em conjunto com o estado de pobreza, sim”. Nesse sentido, o autor destaca, por exemplo, que o nível temático que mais apresenta correlação com a ocorrência de crimes é a baixa escolaridade dos delinquentes.

A criminalidade no ambiente urbano é uma das mais desafiadoras questões sociais do Brasil, e também do mundo, especialmente em países em desenvolvimento. Nessa ótica, Gomes (2005, p.57) ressalta que a cidade, “que na origem da humanidade teve a finalidade de proteger, agora se transformou em um lugar inseguro, perigoso, repartido e fragmentado”. Para fins de melhor

contextualização da gravidade da questão, com base nas informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil/MJSP, 2019) abaixo será exposta uma tabela que traduz com maior clareza a realidade da criminalidade no Brasil atual:

**TABELA 01: REGISTROS DE CRIMES NO BRASIL NO PRIMEIRO DE 2019**

<b>Crime</b>	<b>Quantitativo Diário</b>
Furto de veículos	603
Roubo de veículos	518
Roubo seguido de morte	4
Estupro	118
Tentativa de homicídio	93

Fonte: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1563293956.35>

Como se verifica, por meio dos dados estatísticos do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, a realidade enfrentada pelos brasileiros é algo que demanda atuação estratégica e articulada do poder público na promoção da segurança. Nesse sentido, Saraiva (2008, p.3) ressalta que “o crime e o medo do crime são dois dos aspectos principais que influenciam de uma forma negativa a sociedade”.

O fenômeno da violência urbana, no entanto, permeia todo o espaço e, apesar de se apresentar de forma diferente, acaba por gerar o mesmo tipo de reação, representada pelo medo, insegurança, gerando a degradação do espaço urbano com uma considerável perda da qualidade de vida para as pessoas que habitam a cidade. (FRANCISCO FILHO, 2010, p.2)

Nos dias atuais, é possível inclusive isolar a principal atividade criminosa empreendida nas áreas urbanas, que é o tráfico de drogas. Essa atividade muitas vezes está relacionada com a prática de outros crimes, como furtos e roubos, a fim de sustentar a movimentação do comércio de entorpecentes. Contudo, há crimes que são praticados diretamente sobre a pessoa, que é o caso do estupro, gerando temor nas mulheres de frequentarem espaços públicos.

Francisco Filho (2010, p.2) aponta que “a violência surge como um fator que empurra cada cidadão para a paranoia da insegurança, em que a preocupação básica é o medo diário de sofrer algum ato de agressão”. Dessa maneira, aos poucos as pessoas isolam-se de espaços públicos, e passam a optar por hábitos cada vez mais antissociais. Santos (2016, p.30) ressalta, porém, a contribuição da mídia nesse processo de instauração do clima de violência e medo, ou seja, “a constante exposição a notícias violentas causa sentimentos fortes no receptor como indignação, revolta e tristeza”. Dessa maneira, o sensacionalismo midiático “pode contribuir para uma falsa percepção do espaço urbano, o qual passa a ser subentendido como uma espécie de

palco de eventos criminosos e negativos". Gomes (2005, p.58) chama à atenção para a questão da criminalidade e da segregação social no ambiente urbano da seguinte forma:

A criminalidade é multiforme, é crescente e paulatinamente encontra novas formas de infiltrar na estrutura social através das muitas oportunidades existentes no espaço urbano, fracionado entre espaços ocupados de forma irregular – invasões – e os espaços murados – os condomínios, formas que caracterizam territórios separados e ao mesmo tempo pertencentes ao mesmo espaço urbano. Viver em condomínios, murados e vigiados, não garante a segurança e em alguns casos cria as condições similares às da favela para a existência do crime: o território excluído da cidade – um pela pobreza o outro pela riqueza. Um favorece o crime pela fragilidade da cidadania, o outro pela soberba (intencional ou não) do poder econômico que permite viver à parte da cidade, fragilizando o poder da sociedade ao abster-se de participar. (GOMES, 2005, p.58)

Como se observa do trecho acima, a criminalidade e a violência é algo que deve ser combatido de forma articulada e com diálogo social, ou seja, compreender que mesmo diante da segregação devido a questões econômicas, todos fazem parte de uma mesma sociedade. Nessa linha, Gomes (2005, p.58) ressalta ainda que “o tema espaço urbano e criminalidade é multi e interdisciplinar, caracterizado pela realidade e não pela abstração”.

Pelas considerações iniciais em torno da relação entre criminalidade e violência e espaço urbano, denota-se que há o império do sentimento de medo por grande parte da população das cidades. Desse modo, o papel da Polícia Militar revela-se como essencial, uma vez que esta representa ser a maior protagonista da garantia do direito à segurança pública.

## 2.2 A SEGURANÇA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E A POLÍCIA COMUNITÁRIA

Ao se abordar a problemática da criminalidade e da violência tem-se que a principal finalidade de busca por soluções está justificada pela garantia constitucional do direito à segurança, cuja previsão está contida em Brasil (1988). Esse direito, por sua vez, está umbilicalmente ligado ao principal dos direitos de Brasil (1988), ou seja, a vida.

A segurança é um direito constitucional difuso, ou seja, pertencente a todos os cidadãos. Todavia, a sociedade brasileira, em muita das vezes, é aterrorizada e privada de gozar de espaços públicos por medo. Nos dias atuais a tarefa de propiciar segurança à população é uma tarefa bastante desafiadora para as forças policiais, o que requer criteriosa busca por soluções. Conforme ressalta Saraiva (2008, p.7) “o

espaço público urbano é o cerne das relações interindividuais no seio da cidade”. Nessa mesma cognição o autor aponta que o receio de qualquer cidadão de utilizar o espaço público, bem como, achar meios de evitá-lo, devido ao medo, é algo que se traduz em desvantagens tanto para o indivíduo como para toda uma comunidade.

Com o intuito de criar novas estratégias de promoção da segurança pública, a Polícia Militar, seguindo tendência já praticada em países desenvolvidos, decidiu adotar um novo paradigma de enfrentamento à criminalidade, ou seja, pela parceria com a sociedade, através do da Polícia Comunitária. No que concerne a definição dessa nova forma de atuação, observa-se as seguintes características enumeradas por Bayley (2007):

- 1) realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução;
- 2) estratégia policial voltada para áreas e problemas específicos;
- 3) mobilização da comunidade para autoproteção e para resolução de problemas que geram crimes;
- 4) foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem (prevenção). (BRASIL, 2009, p.14)

Igualmente, a *Police Foundation*, com sede em Washington, nos EUA, fundamenta a atuação da polícia comunitária em três elementos:

- 1) o trabalho da polícia é resolver problemas e não apenas responder a incidentes;
- 2) a polícia deve se preocupar com problemas relacionados à desordem e à incivilidade tanto quanto se ocupa com crimes graves;
- 3) a redução do crime e da desordem implica que a polícia trabalhe cooperativamente com a população de cada bairro para identificar suas preocupações e resolver seus problemas. (BRASIL, 2009, p. 14)

O policiamento comunitário surgiu como forma de superar uma crise na polícia americana durante os anos 70, onde percebeu-se que os métodos tradicionais não estavam sendo eficientes na prevenção dos crimes. Desse modo, o policiamento tradicional (reativo) atua sempre baseando-se em fatos já ocorridos como forma de emprego das forças policiais, sem analisar substancialmente as especificidades das realidades de cada comunidade. Com isso, principalmente nas grandes metrópoles, já não se consegue resultados satisfatórios na mitigação dos índices de criminalidade.

Bayley (2007, p.129), renomado estudioso do policiamento comunitário, também denomina este de policiamento inteligente, onde a pauta de atuação leva em conta a aliança com público, desse modo, a polícia “presta ao público o serviço que o público pede a você que preste”. Por conseguinte, o “policiamento inteligente leva o policiamento com respeito, e o policiamento com respeito requer responsabilidade”.

- 1ª característica: relação de confiança.** O policiamento comunitário só ocorre onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre

polícia e população. Isso permite a realização de um trabalho conjunto no qual ambos compartilham as tarefas e responsabilidades.

**2ª característica: descentralização da atividade policial.** Para que o policial contribua para o bem-estar da comunidade, é necessário que ele esteja integrado às pessoas que nela vivem, conheça o seu cotidiano e tenha alguma autonomia para tomar iniciativas nas atividades de segurança local.

**3ª característica: ênfase nos serviços não emergenciais.** Através do trabalho preventivo, tanto a comunidade assume um papel mais ativo em relação à segurança como a polícia assume funções que não se limitam apenas à repressão ou aos atendimentos emergenciais.

**4ª característica: ação integrada entre diferentes órgãos e atores.** É necessário também buscar a colaboração de outros representantes públicos, como prefeitura, hospitais, escolas, concessionárias de energia e saneamento, Ministério Público, Ouvidorias de Polícia, entre outros. (BRASIL, 2009, p.15-16)

Mediante as características acima enumeradas é possível denotar que a polícia comunitária surge como principal forma de garantia de proteção dos espaços públicos, e urbanos em geral, uma vez que a atuação da população em conjunto com a polícia é capaz de criar barreiras impeditivas às atividades delituosas.

De acordo com Manual de Introdução sobre o Policiamento do Espaço Urbano, da Organização das Nações Unidas - ONU (2011, p.28), a elaboração de mecanismos para um policiamento urbano produtivo necessita de métodos substanciais e ininterruptos, o que requer um entendimento significativo dos problemas singulares enfrentados em qualquer espaço, além da aplicabilidade de políticas pertinentes, que abarcam o problema da criminalidade.

Batista, Camargo e Benevides (2008, p.1755) definem o policiamento comunitário como Policiamento Comunitário como “uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que frequentemente dão origem ao crime”. Assim, os autores orientam que “devemos compreender Polícia Comunitária como uma filosofia organizacional, indistinta a todos os órgãos de polícia, pertinente as ações efetivas com a comunidade” (BATISTA, CAMARGO; BENEVIDES, 2008, p.1756).

Uma das projeções do policiamento comunitário é também propiciar nova imagem da Polícia junto à comunidade por meio da aliança e interação frequente. Nesse sentido, Batista, Camargo e Benevides (2008, p.1756) entendem que toda a comunidade deve responsabilizar-se com a segurança, criando possibilidades para que a polícia possa ser vista como “elemento constituinte e pertencente à paisagem urbana” oportunizando para que ela se comprometa com a comunidade em que está inserida. A respeito da relação necessária entre polícia e comunidade, os autores complementam da seguinte maneira:

Um ponto interessante deste novo modelo dá-se pelo fato da admissão de que a polícia não dá conta de resolver o problema da criminalidade desassociada da sociedade, ela necessita novas bases, nova ferramenta de enfrentamento, que só com o apoio e a participação social podem ser idealizadas e formuladas, além de inculcar à sociedade a responsabilidade de participar e agir para congregação de uma sociedade mais tranquila e garantir o bem social e todos. (BATISTA, CAMARGO e BENEVIDES, 2008, p. 1756).

Diante dessa perspectiva, para o resultado positivo, no que diz respeito a soluções de problemas na comunidade, a participação social é imprescindível, facilitando para que o agente de segurança pública consiga obter o reconhecimento de desarmonia no espaço em que está inserido e incentivar a tomada de decisão.

De acordo com a teoria da atividade rotineira, para que exista determinada prática criminosa contra uma pessoa ou patrimônio é preciso a soma de três elementos, ou seja, um agressor motivado, um alvo adequado, e a ausência de um guardião capaz de impedir. Nesse sentido, a teoria relaciona ao agressor motivado os elementos causais de “patologia individual; maximização do lucro; subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; desorganização social; e, oportunidade” (UNIDAVI, 2010, p.13).

Quanto ao guardião capaz, a teoria relaciona este a “uma pessoa ou equipamento que desencoraje a prática do delito. Esse guardião pode ser formal ou informal: policiais; vigilantes; sistemas de segurança; testemunhas; etc.”. Quanto à vítima adequada, são apontadas as seguintes considerações:

O termo “vítima/alvo adequado” pode se referir tanto a uma pessoa quanto a um local ou um produto. Se o crime é um arrombamento de comércio, então o alvo adequado deve ser um local em que se acredita haver dinheiro ou um produto com valor de revenda. Se o crime é um roubo na rua, então o alvo adequado será uma pessoa que é percebida carregando objetos de valor para o agressor, desprotegida e, provavelmente, sem condições de reagir. (UNIDAVI, 2010, p.14)

O policiamento inteligente adequou essa teoria ponderando que mais do que a existência de um agressor, é necessário um alvo vulnerável e um ambiente propício, ou seja, um ambiente que forneça as condições exatas para que o crime ocorra (UNIDAVI, 2010, p.16). A estratégia do policiamento comunitário visa desse modo combater a criminalidade e a violência pela vigilância recíproca das pessoas em parceria com a polícia. Nesse sentido, “é reconhecido que os requisitos do crime podem ser manejados de modo a reduzir ou prevenir o crime. Desta forma, um crime poderá ser prevenido se tanto o alvo quanto o local não oferecerem oportunidades” (UNIDAVI, 2010, p.16).

No contexto da constituição do espaço urbano e o direito à segurança, esse trabalho direciona seu foco na importância do policiamento comunitário na garantia do direito ao gozo de espaços públicos pela população, como forma de promoção de qualidade de vida. Assim, é possível constatar que o medo e sensação de insegurança podem ser superados pela parceria entre comunidade, polícia e ações interventivas da administração pública nos espaços públicos.

## 2. 3 TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS E A REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

A Teoria das Janelas Quebradas é um modelo norte-americano de política de segurança pública no combate ao crime, tendo como objetivo central, a desordem como fator de elevação dos índices da criminalidade. A experiência que veio originar essa teoria foi realizada em 1969, na Universidade de Stanford (EUA), pelo professor Phillip Zimbardo. A experiência consistiu no abandono de duas viaturas idênticas em espaços públicos, sendo uma abandonada no Bronx, na altura uma zona pobre e conflituosa de *Nova York* e a outra em *Palo Alto*, uma zona rica e tranquila da Califórnia. Aconteceu que a viatura abandonada no *Bronx* começou a ser vandalizada em poucas horas, ficando depenada. Todavia, na viatura deixada em *Palo Alto* nada aconteceu (RIBEIRO, 2000, p.2)

Contudo, após notarem que nada acontecia com a viatura deixada no bairro rico, novo experimento foi realizado, partindo-se um vidro da viatura. Ocorreu que o ato “desencadeou o mesmo processo que o do *Bronx*, e o roubo, a violência e o vandalismo reduziram o veículo ao mesmo estado que o do bairro pobre” (RIBEIRO, 2000, p.2). Nesse sentido, conclui Ribeiro:

Por que o vidro partido na viatura abandonada num bairro supostamente seguro, é capaz de disparar todo um processo delituoso? Não se trata de pobreza. Evidentemente é algo que tem que ver com a psicologia humana e com as relações sociais. Um vidro partido numa viatura abandonada transmite uma ideia de deterioração, de desinteresse, de despreocupação que vai quebrar os códigos de convivência, como de ausência de lei, de normas, de regras, como o "vale tudo." Cada novo ataque que a viatura sofre reafirma e multiplica essa ideia, até que a escalada de atos cada vez piores, se torna incontrolável, desembocando numa violência irracional. (RIBEIRO, 2000, p.2)

Aqui fica claro que muitas das vezes a desestruturação influi diretamente no comportamento humano, ou seja, um carro em devidas condições deixado em um

local, independentemente da classe social daquele lugar, se estiver aparentemente em situação de abandono ou danificado pode influir na maneira de agir de uma comunidade. Já em 1982, conforme aponta Rubin (2000, p.1), foi publicado um estudo na revista *Atlantic Monthly*, “em que, pela primeira vez, se estabelecia uma relação de causalidade entre desordem e criminalidade”. No referido estudo, realizado por James Q. Wilson e George Kelling, os autores “usaram a imagem de janelas quebradas para explicar como a desordem e a criminalidade poderiam aos poucos infiltrar-se numa comunidade, causando a sua decadência” (RUBIN, 2000, p.1).

Kelling e Wilson sustentavam que se uma janela de uma fábrica ou de um escritório fosse quebrada e não fosse imediatamente consertada, as pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém se importava com isso e que, naquela localidade não havia autoridade responsável pela manutenção da ordem. As pessoas que por ali passassem concluiriam que ninguém seria responsável por aquele prédio e tampouco pela rua em que se localizava o prédio. Iniciava-se, assim, a decadência da própria rua e daquela comunidade. A esta altura, apenas os desocupados, imprudentes, ou pessoas com tendências criminosas, sentir-se-iam à vontade para ter algum negócio ou mesmo morar na rua cuja decadência já era evidente. O passo seguinte seria o abandono daquela localidade pelas pessoas de bem, deixando o bairro à mercê dos desordeiros. Pequenas desordens levariam a grandes desordens e, mais tarde, ao crime. (RUBIN, 2000, p.1)

Como se constata por essa teoria, haveria uma ligação entre a desordem e a ocorrência de crimes, o que é possível afirmar como verdadeiro nos dias atuais. A teoria das janelas quebradas representa um avanço para a criminologia como se pode observar pelas contribuições de Andrade (2011, p.20):

Define-se um novo marco no estudo da criminalidade, pois aponta o estudo que a relação de causalidade entre a criminalidade e outros fatores sociais, tais como a pobreza ou a "segregação racial" é menos importante do que a relação entre a desordem e a criminalidade. Não seriam somente fatores ambientais (mesológicos) ou pessoais (biológicos) que teriam influência na formação da personalidade criminosa, contrariando os estudos da criminologia clássica. (ANDRADE, 2011, p.20)

A premissa de que o ambiente influi nas tipificações penais ali constatadas, é critério importante para se traçar uma metodologia de policiamento comunitário, principalmente na identificação dos problemas que acarretam a ação do agressor social. Com base na teoria das janelas quebradas, pode-se realizar também uma análise acerca de como as pessoas tem procurado se abster de frequentar os espaços públicos devido às suas características. É comum em locais como praças e parques existir degradação ambiental como pichações, estruturas quebradas, ausência de luminosidade à noite. Tais aspectos produzem dois efeitos, ou seja, afugenta os moradores comuns e por outro lado torna-se local de reunião de usuários de drogas ilícitas, além de contribuir para a prática de outras violências, como roubos e estupros.

A perspectiva da teoria das janelas quebradas surge assim como uma teoria aplicável a planos de intervenção para a promoção do direito à segurança. Desse modo, o zelo da administração pública na revitalização de espaços deteriorados, que atraem criminosos, somado à cooperação entre polícia e comunidade pode ser enxergado como maior estratégia de combate à criminalidade e à violência.

A intervenção nos espaços públicos com melhorias remete à sensação de segurança, ou seja, evitando o ambiente propício ao agressor e gerando ambiente adequado para os cidadãos de bem, dessa maneira constrói-se um círculo de proteção por meio da utilização dos espaços públicos.

#### 2.4 PARQUE AMBIENTAL MACAMBIRA ANICUNS

Silva (2014, p.58), salienta que o Parque inicia-se nas nascentes do Córrego Macambira, região Macambira Cascavel de Goiânia e se expande até a ponte da Avenida Goiás Norte, nas adjacências do Setor Urias Magalhães, com extensão aproximada de 24 km e largura mínima de 30m de cada margem, perfazendo uma área total de 360 hectares. Sua dimensão abarca além das margens do Córrego Macambira e Ribeirão Anicuns, as margens dos córregos Pindaíba, Buriti, Cascavel e Santa Helena. Silva (2014, p.58) ainda esclarece que a criação desse parque, atrelado a outros como o Parque da Pedreira, privilegiam cerca de 131 bairros e 350.000 habitantes, considerando áreas limítrofes de até 500m do parque.

Outro aspecto importante relativo ao parque, e que é bem ressaltado por Baleeiro (2017, p.34), é que o Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA) foi elaborado objetivando resolver problemas ambientais, urbanísticos e sociais existentes na região. Conforme ressalta Scanavaca Júnior (2012, p.274) “as principais funções dos Espaços Livres Urbanos são ecológicas, estéticas e sociais”. Desse modo compreende-se que “a função social é a democratização dos espaços públicos destinados ao lazer e recreação. Volpi e Pacheco (2016) definem parques urbanos como sendo áreas verdes de uso coletivo, ligado ao “paisagismo, à preservação ambiental e ao lazer da população”, que tem o papel de caracterizar e desenvolvimento da cidade.

Silva (2014, p.95), realizou uma pesquisa no espaço geográfico do parque Ambiental Macambira Anicuns para avaliar além de outros fatores, o tema segurança. De acordo com os dados apresentados pela autora, obtidos por meio de entrevistas,

cerca de 6% dos entrevistados consideram que a região é ótima na questão segurança, 13% consideram que a segurança é boa, 23% consideram regular e 58% consideram que a segurança da região é péssima. Os resultados obtidos nessa pesquisa, há cinco anos, demonstravam a existência de um preocupante clima de insegurança dos moradores da região. E também chama à atenção o percentual mínimo de moradores que consideraram como boa ou ótima, traduzindo na prática a teoria do medo provocado pela criminalidade.

Como se vê, o Parque Macambira Anicuns é um parque linear e contempla vários bairros da cidade de Goiânia, mas para efeitos de estudo desse trabalho pretende-se analisar apenas a realidade da porção do parque contida no Setor Faiçalville, localizado na região sudoeste da capital.

Tendo em vista o extenso debate empreendido nesse trabalho acerca da segurança pública e da filosofia do policiamento comunitário, torna-se oportuno aqui levantar discussão acerca da realidade concreta da população em torno da porção do Parque Ambiental Macambira Anicuns, no Setor Faiçalville, após sua implantação. Desse modo, pretende-se observar como a comunidade local percebe a questão da criminalidade e violência, mediante pesquisa junto a policiais e moradores locais.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi a aplicação de dois questionários, sendo o primeiro direcionado para Policiais Militares, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar (BPM), unidade que integra o 1º Comando Regional de Polícia Militar (1º CRPM), em Goiânia, e que é o batalhão o responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo do parque, na porção localizada no Setor Faiçalville. Já o segundo questionário foi direcionado para moradores e comerciantes que estão instalados na área circunvizinha do parque, com objetivo de colher dados para legitimar a pesquisa.

O questionário voltado para o público Policial Militar foi desenvolvido utilizando a ferramenta *Google Formulários*, que é um aplicativo do pacote *Google Drive*, sendo que o link do questionário foi colocado no grupo social do aplicativo *Whatsapp* do 7º BPM, disponibilizado pelo comandante da unidade, sendo que tal grupo conta atualmente com um total de 168 (cento e sessenta e oito) participantes, sendo 10 (dez)

oficiais e 158 (cento e cinquenta e oito) praças. O questionário foi composto de 17 (dezessete) perguntas sobre como o Policial Militar avalia a experiência, tanto da revitalização do parque, como da utilização da filosofia de Polícia Comunitária para prevenção de delitos. O questionário foi elaborado de forma que o participante obrigatoriamente deveria responder todos os questionamentos e ficou disponível na plataforma por 07 (sete) dias para obtenção das respostas. Ao final desse período o questionário foi respondido por um total de 23 (vinte e três) profissionais das mais variadas patentes.

Já o questionário voltado para os moradores e comerciantes foi aplicado de forma presencial com os participantes, sendo que tais questionários foram aplicados no dia 23/12/2018 com moradores e comerciantes das Ruas Presidente Rodrigues Alves e Alameda Abel Soares de Castro, logradouros estes que circundam o Parque Ambiental Macambira Anicuns e fazem parte do Setor Faiçalville. A técnica de aplicação dos questionários consistiu em o autor percorrer a pé, uniformizado com o fardamento da PMGO, as residências e comércios contidos nos logradouros acima citados, convidando os moradores e comerciantes a participar de forma voluntária da pesquisa. O questionário foi composto de 14 (quatorze) perguntas sobre como o morador ou comerciante avalia a criação do parque, como melhoria da estrutura de segurança do bairro, e também se a revitalização desse espaço público contribuiu para redução da criminalidade na região. Ao final, 10 pessoas, entre moradores e comerciantes, aceitaram participar espontaneamente da pesquisa, sendo que a população do Setor Faiçalville, segundo dados do IBGE do ano de 2010, é de 8.631 (oito mil, seiscentos e trinta e um) habitantes.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

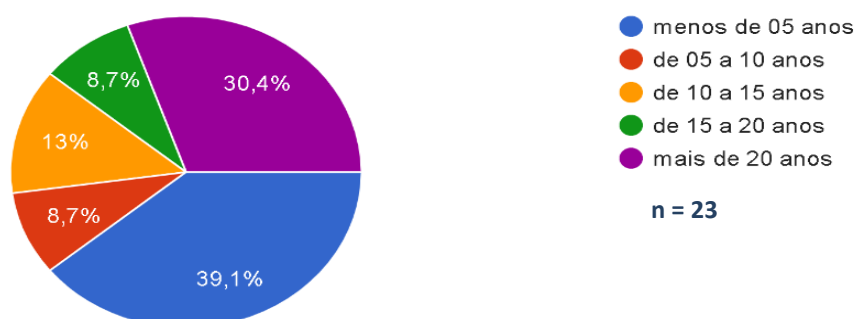
No decorrer desse trabalho verificou-se que o policiamento comunitário surge como novo paradigma de atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás, cujo trabalho estratégico perpassa inevitavelmente pela cooperação com a comunidade e demais parceiros em potencial, como, prefeitura, poder judiciário, Ministério Público, comerciantes e escolas. Observou-se que a violência e a criminalidade, aliada ao

sensacionalismo midiático são capazes de amplificar o sentimento de medo e sensação de insegurança, tornando as pessoas cada vez mais antissociais.

O trabalho constatou ainda a forte ligação existente entre criminalidade e violência e ambiente. Desse modo, quanto mais um espaço público apresenta-se estruturalmente deteriorado, maior é ideia de abandono e maior é o seu uso em benefício da delinquência e em prejuízo da sociedade, conforme o que comprovou a “Teoria das Janelas Quebradas”. No que concerne a análise da realidade concreta, verificada pela opinião de profissionais da segurança pública e moradores da região do Parque Ambiental Macambira Anicuns, várias foram as percepções que provocam as discussões. Nesse sentido, para melhor didática, primeiramente será realizada análise das opiniões do público militar, depois do público civil, e a partir destas o cruzamento das impressões.

Oportuno destacar que dentre os policiais que responderam o questionário, 47% tinham entre 30 e 40 anos de idade, 26% tinham entre 40 e 50 anos e 21% entre 20 e 30 anos de idade. Tais informações demonstram a existência de público respondente bastante heterogêneo, assim como o percentual de ocupantes de postos hierárquicos diversos na Polícia Militar, sendo que houve a participação de Majores (4,35%), Tenentes (21,74%), Subtenentes (13,04%), Sargentos (21,75%), Cabos (8,70%) e Soldados (30,43%). Frisa-se ainda que 52% dos policiais participantes possuíam pós-graduação, 30% possuíam graduação e apenas 13% possuíam apenas o ensino médio. Concernente ao contexto do período de experiência dos respondentes na atividade policial, o seguinte gráfico auxilia:

**Gráfico 01:** Tempo de atuação como policial militar

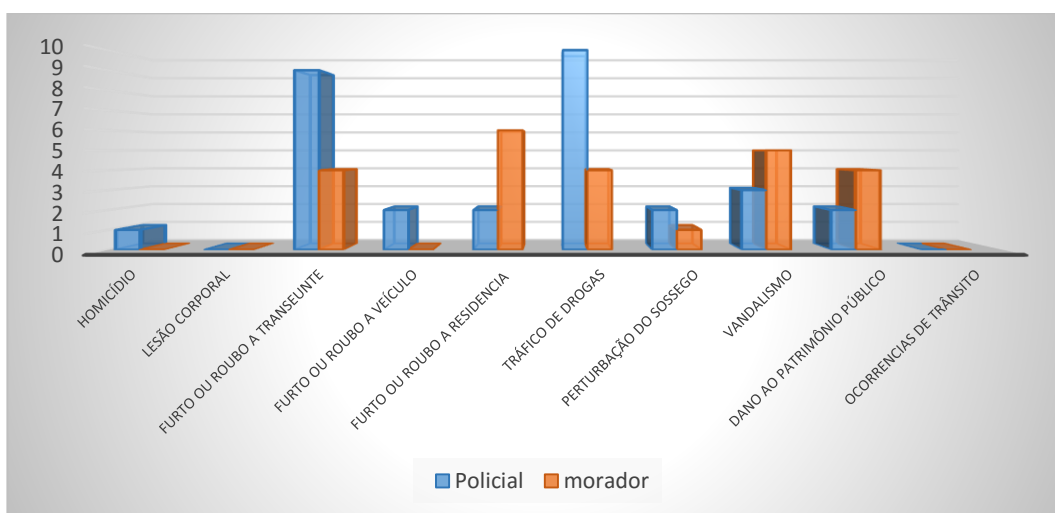


Fonte: Dados obtidos por pesquisa do próprio autor

É possível observar que enquanto 39% dos entrevistados possuíam menos de 5 anos de atuação, 30% possuíam mais de 20 anos e os demais entre 5 e 20 anos, o

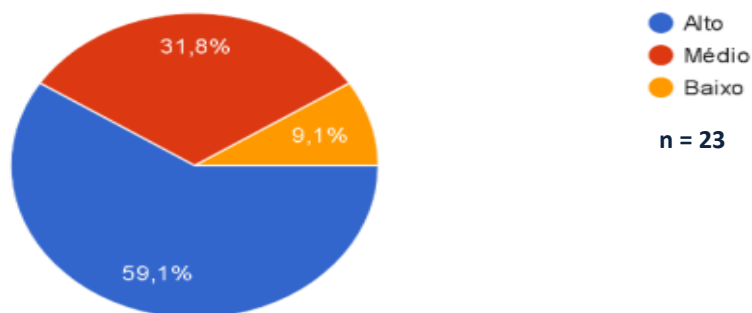
que faz com que as percepções possam ser influenciadas pelo histórico de práticas e experiências de longo prazo. Inicialmente, vale ressaltar que do total de policiais entrevistados 43% apontaram que o crime de maior ocorrência na região era o de tráfico de drogas e 39% disseram que em seus chamados eram para ocorrência de furto ou roubo a transeuntes. Todavia, em menor incidência também houveram ocorrências de vandalismo, perturbação de sossego, uso de drogas, furto e roubo de veículos e residências e até homicídios, conforme se vê no gráfico 02:

**Gráfico 02:** Os principais tipos de ocorrências atendidas no entorno do Parque Ambiental Macambira de acordo com a análise policial e de acordo com a percepção do morador.  
Fonte: Dados obtidos em pesquisa do próprio autor



Pela opinião dos policiais entrevistados, concernente à filosofia do policiamento comunitário, tem-se o seguinte gráfico:

**Gráfico 03:** Em sua visão, qual é o nível de aplicabilidade da filosofia de Polícia Comunitária na área do 7º BPM?



Fonte: Dados de pesquisa do próprio autor

Os dados acima apontam que apesar da maioria dos entrevistados considerar como alto o nível de aplicabilidade da filosofia da polícia comunitária, o percentual que avalia como nível médio ainda é considerável, revelando a necessidade de uma maior estratégia de envolvimento dos atores sociais e a polícia militar.

A pesquisa apontou ainda que para os policiais pesquisados, 91% assinalaram que a revitalização de espaços públicos influencia de maneira eficiente na prevenção de crimes, mesmo percentual dos que enxergaram que a ocupação dos espaços públicos pelo poder público afasta os agressores sociais. Outrossim, 78% dos policiais entrevistados afirmaram que a implantação do parque ajudou a diminuir os índices de ocorrências no setor e 82% afirmaram que antes do parque o setor era mais perigoso. Para 60% dos policiais participantes a efetividade e a presença policial aumentaram com a criação do parque, e 95% afirmam que a presença de guardas e órgãos da estrutura da administração pública ajudam a prevenir a criminalidade na região.

Quanto à percepção policial sobre o sentimento de segurança da população na utilização do parque, 56% acreditam que a população se sente segura. Contudo, sobre a segurança no período noturno apenas 26% acreditam haver segurança, contra 39% que apontam insegurança. Tais dados sugerem a necessidade de intervenções com melhorias necessárias, apontadas também pelos policiais na pesquisa, como, aumentar a iluminação, podar vegetação, promoção de eventos, atividades comunitárias e aumento de efetivo policial.

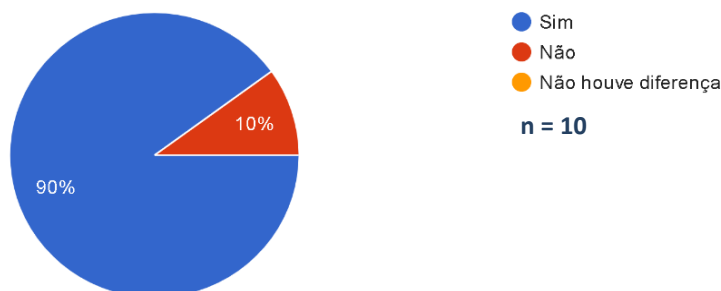
Nesse sentido, a opinião profissional de agentes públicos que lidam diretamente no combate ao crime conduz mais uma vez a constatação de que desordem gera desordem, e que a presença do poder público inibe a criminalidade, assim como assinala a Teoria das Janelas Quebradas, referencial teórico central.

Os dados acima, revelados pelas percepções dos policiais pesquisados apontam que o apesar da implantação do parque a incidência de crimes não zeram, posto que como este trabalho debateu, o crime é um fenômeno histórico. Nesse sentido, também reafirma a tese de que a violência e a criminalidade são elementos difusos, que refletem consequências em todos os espaços, independentes de classes sociais, mesmo com o maior aparato de segurança de setores mais privilegiados de infraestrutura. Todavia, importante ressaltar que as referidas ocorrências se dão de forma reduzida.

O público civil pesquisado, constituído de moradores da região, possui o percentual de 40% com idade entre 30 e 40 anos de idade, mesmo percentual dos que estão com 50 anos ou mais, e 20% estão com idade entre 40 e 50 anos. Deste público pesquisado, 50% possuía o ensino superior e 40% o ensino médio. Ressalta-se que 40% dos pesquisados ali moravam entre 10 e 20 anos e 30% entre 20 e 30

anos, o que faz com que as percepções sejam apontadas com bastante propriedade. Nesse sentido, o seguinte gráfico demonstra o panorama inicial da opinião dos moradores pesquisados diante da sensação de segurança na região do parque:

**Gráfico 04:** Em sua opinião, a implantação do Parque Ambiental Macambira Anicuns ajudou a diminuir os índices criminais no Setor Faiçalville?



Fonte: Dados obtidos em pesquisa do próprio autor

Como pode ser observado, pelo gráfico 04, para 90% dos moradores pesquisados a implantação do Parque Macambira Anicuns contribuiu para a redução da criminalidade. Nesse sentido, oportuno ressaltar que também para os moradores pesquisados 70% a referida implantação aumentou a sensação de segurança, e 90% afirma que aumentou a presença de policiais e guardas. Os dados acima podem ser inclusive comparados com os estudos de Silva (2014, p.95) cuja avaliação, há cinco anos, revelava um percentual de sentimento de insegurança de 58% entre os pesquisados.

Ressalta-se também que dos moradores pesquisados 40% afirmaram que o índice de criminalidade na região era alto, enquanto 60% apontou como médio. Os moradores sugeriram como formas de se aumentar a segurança o aumento de policiamento, serviço de ronda noturna, aumento de iluminação, monitoramento por câmeras, poda de vegetação e realização de eventos sociais. Perguntados sobre a segurança para a prática esportiva e de lazer no Parque, 60% dos moradores entrevistados responderam que se sentem seguros, sendo que 30% se sentiam seguros apenas na parte do dia. Nesse sentido, devido ao percentual de pessoas que não se sentem seguras no parque à noite, muito disso se relaciona pelo fato de que o período noturno impõe medo de violência também no caminho para o Parque e não diretamente no próprio Parque em si.

Observou-se, contudo, que apesar de ter sido notório o aumento da presença policial, apenas 10% dos entrevistados afirmaram ter contato com policiais atuantes

na região do parque, e também apenas 10% possuíam o número de telefone da viatura que cobria o bairro Faiçaville. Apesar de 60% dos moradores entrevistados avaliarem o trabalho da Polícia Militar na região como muito bom, os dados em epígrafe revelam que ainda perceptível a carência da proximidade entre polícia e cidadãos, ou seja, os dados apontam que a presença policial tem trazido segurança, mas a filosofia do policiamento comunitário ainda não se revela efetiva.

No tocante a importância do Parque para o desenvolvimento do Setor Faiçaville, 50% dos entrevistados avaliou como excelente e 50% como muito bom. Nesse sentido, reforça a teoria de que a intervenção da administração pública nos espaços públicos por meio de investimentos planejados é capaz de proporcionar a garantia de segurança e qualidade de vida para a população.

As pesquisas realizadas junto ao público militar e civil apontaram para assertiva introduzida pela Teoria das Janelas Quebradas, de Wilson e Kelling (1982). Desse modo observa-se a existência de uma relação subjetiva entre espaços públicos abandonados e ambientes propícios à atividades criminosas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo verificar a relação existente entre criminalidade, violência e espaço público abandonado e a importância do policiamento comunitário como forma de se promover a segurança desses espaços com efetividade. Conforme o extenso debate aqui empreendido, tem-se que é patente a necessidade de estratégias conjuntas que visem retirar os cidadãos da condição de reféns do medo e da insegurança. Nesse sentido, como estabelece Brasil (1988), a segurança não deve ser encarada como papel exclusivo da polícia, mas algo que deve funcionar de maneira cooperada, sob o risco de terminar em ineficiente pretensão quanto ao resultado final desejado.

Observa-se ainda que a implantação da filosofia do policiamento comunitário ainda é algo a se aprimorar, tendo em vista que muitas das vezes há resistência da comunidade em confiar na legitimidade da polícia, inclusive por coação de delinquentes. O primeiro passo para um enfrentamento sério à criminalidade e à violência é o reconhecimento de que a polícia sozinha é impotente para garantir a

segurança em todos os locais, e esse passo já foi dado pelo novo padrão de atuação da polícia comunitária.

A estratégia do policiamento aliado em parceria com a comunidade é ainda um desafio posto, principalmente pela tarefa de se superar o estigma criado em torno da Polícia Militar como instituição apenas repressiva. O distanciamento cultural entre população e PM é dessa maneira a principal barreira a ser vencida. O policiamento inteligente, contudo, não pode ser pensado como única medida de prevenção. As estruturas sociais possuem diversas engrenagens que precisam funcionar em conjunto. Para que o direito à segurança pública seja de fato implementado é essencial a atuação conjunta entre Polícia, população e administração pública.

A questão do investimento em espaços públicos urbanos demonstrou ser a medida mais eficiente quanto à promoção da segurança pública pelo fato de que acarreta na correção direta do processo de omissão do poder público junto aos cidadãos. Nesse sentido, o ato de revitalizar ambientes, e acabar com a sensação de abandono, protege o cidadão contra a crime e devolve a esse o sentimento de cidadania, pelo direito de usufruir da vida comunitária nesses espaços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Fábio Coutinho de. "**Brokenwindowstheory**" ou **teoria das janelas quebradas**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n.2811, 13 mar. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18690/broken-windows-theory-ou-teoria-das-janelas-quebradas>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BAILEY, D. Entrevista concedida a Elizabeth Leeds. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, ed. 1, p.120-129, 2007.

BALEIRO, C. B. R. **Análise do Parque Linear Macambira Anicuns Como Infraestrutura Verde em Goiânia**. Goiânia, 2017. Disponível em: <[https://www.eec.ufg.br/up/140/o/AN%C3%81LISE\\_DO\\_PARQUE\\_LINEAR\\_MACAMBIRA\\_ANICUNS\\_COMO\\_INFRAESTRUTURA\\_VERDE\\_EM\\_GOI%C3%82NIA\\_-\\_FINAL.pdf](https://www.eec.ufg.br/up/140/o/AN%C3%81LISE_DO_PARQUE_LINEAR_MACAMBIRA_ANICUNS_COMO_INFRAESTRUTURA_VERDE_EM_GOI%C3%82NIA_-_FINAL.pdf)>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

BATISTA, R. L.; CAMARGO, I, C. de; BENEVIDES, M. G. T. **O Espaço Urbano e a Polícia: Um estudo das atuações policiais e seus reflexos espaciais**. Mato Grosso do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.ndh.ufms.br/wp-anais/Anais2010/Aceitos%20em%20ordem%20alfabetica/Ricardo%20Lopes%20Batista.pdf>> . Acesso em 09 de dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Diretriz Nacional de Polícia Comunitária**. Brasília-DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. SINESP. Dados Nacionais de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1563293956.35>> Acesso em 11 de dez. 2019.

BRASIL. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2009.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. **A VIOLÊNCIA COMO DEGRADADOR DO ESPAÇO URBANO**. In Revista Eletrônica Pluris. Disponível

em:<<http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper81.pdf>> Acesso em 24/12/2019

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed.-São Paulo:Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008

GOMES, C. A. C. **Espaço Urbano e Criminalidade: uma Breve Visão do problema**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VII • Nº 11 • Janeiro de 2005, Salvador, BA, p. 57 a 68. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/97>>. Acesso em 10 de dez. 2019.

GOMES, L. A. de M. **Polícia Comunitária e Mobilização Social na Revitalização do Espaço Urbano**. Goiânia. Goiânia 2016. Disponível em:

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LEÃO, C.; NASCIMENTO, P. F.S. **A Distribuição Espacial da Violência na Cidade de Goiânia**. Goiânia, Bvru, v. 2, n. 1, p. 113-123, jan./jun 2016. Disponível

em:<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/4883>>. Acesso em 10 de dez. 2019.

MACEDO, S. S. **Parques Urbanos no Brasil** = Brazilian Urban Parks. 2ª.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial da Universidade de São Paulo, 2003.

ONU. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). **Manual de Introdução sobre o Policiamento do Espaço Urbano**. Série de manuais de justiça criminal - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Un-Habitat), Nova Iorque, 2011.

RAMÃO, F. P.; WADI, Y. M. **Espaço Urbano e Criminalidade Violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/Pr**. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31605/20156>>. Acesso em 10 de dez. 2019.

RIBEIRO, Pedro Luiz Fontana. **A Teoria das Janelas Partidas**. Disponível em: <<http://www.dpi.policiacivil.pr.gov.br/arquivos/File/ateoriadasjanelaspartidas.pdf>> Acesso em 20/12/2019

RUBIN, Daniel Sperb. **Janelas Quebradas, Tolerância Zero e Criminalidade**. Artigo publicado eletronicamente. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3730>> Acesso em 23 de dez.2019.

SANTOS, Rodrigo Antônio dos. **Criminalidade em Goiânia: [manuscrito]: Mapeamento dos crimes contra a pessoa nos contextos sociais de 2010 a 2014**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

SARAIVA, Miguel Marinho. **Planeamento e concepção dos espaços públicos na óptica da prevenção da criminalidade**. Mestrado Integrado em Engenharia Civil - 2007/2008 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2008.

Scanavaca Júnior, Laerte. **Importância dos parques urbanos: o exemplo do parque Alfredo Volpi**. In Anais do XVI Congresso Brasileiro de Arborização Urbana: Uberlândia, 2012.

SILVA, J. B. **Parque Linear Macambira-Anicuns: uma Concepção de Sustentabilidade. Setor Façalville, Goiânia – 2012-2013**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em:  
<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2809>. Acesso em 09 de dez. 2019.

UNIDAVI. Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. **Teorias do crime baseadas na criminologia ambiental**. Disponível em:  
<[http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material\\_didatico/04\\_Curso\\_POP\\_UNIDAVI\\_Pr evencao\\_Situacional\\_do\\_Crime.pdf](http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/04_Curso_POP_UNIDAVI_Pr evencao_Situacional_do_Crime.pdf)> Acesso em 20/12/19.

VOLPÍ, Y. D.; PACHECO, R. **Parque Verde do Mondego: gestão e uso público**. Revista Brasileira de Gestão Urbana - URBE, Paraná, v. 8, n. 2, p. 261-271, maio/ago. 2016.  
ZALUAR, A. 1999. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, jul.-set. Disponível em: [http:// www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf). Acesso em 04.dez.2019

**APÊNDICE A – Questionário aplicado aos Policiais Militares do 7º BPM****\*Obrigatório****1. Qual a sua idade? \***

*Marcar apenas um oval.*

- menos de 20 anos
- entre 20 e 30 anos
- entre 30 e 40 anos
- entre 40 e 50 anos
- mais de 50 anos

**2. Qual o seu Posto/Graduação? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Coronel
- Tenente Coronel
- Major
- Capitão
- Primeiro Tenente
- Segundo Tenente
- Subtenente
- Primeiro Sargento
- Segundo Sargento
- Terceiro Sargento
- Cabo
- Soldado

**3. Qual a sua formação escolar? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Ensino médio
- Pós-graduação lato sensu
- Mestrado
- Doutorado

**4. Está na Polícia Militar de Goiás há quantos anos? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Menos de 05 anos
- De 05 a 10 anos
- De 10 a 15 anos
- De 15 a 20 anos
- Mais de 20 anos

**5. Em sua opinião, o Policiamento Comunitário é uma forma mais eficiente do que o Policiamento tradicional na redução dos índices criminais? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Em alguns casos sim, já em outros não
- Não tenho uma convicção a esse respeito

6. **Em sua visão, qual é o nível de aplicabilidade da filosofia de Polícia Comunitária na área do 7º BPM?**

*Marcar apenas um oval.*

- Alto
- Médio
- Baixo

7. **Você acredita que a revitalização de espaços públicos é uma medida eficiente para prevenir a ocorrência de crimes? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Não tenho uma opinião definida a esse respeito

8. **Em sua opinião, quando o Poder Público ocupa os espaços públicos existentes e ali se instala o agressor social tende dali se afastar?? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não

9. **Em sua opinião o nível de segurança em torno do Parque Ambiental Macambira, no St. Faiçalville é? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Alto
- Médio
- Baixo

10. **Em sua opinião, após a criação do parque a presença e a efetividade da Polícia Militar na região: \***

*Marcar apenas um oval.*

- Aumentou
- Diminuiu
- Se manteve na mesma intensidade
- Não tenho uma opinião a esse respeito

11. **Você acredita que a revitalização do espaço onde hoje está instalado o Parque Ambiental Macambira ajudou a reduzir os índices criminais da região do Setor Faiçalville?? \***

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Não tenho uma opinião definida a esse respeito

12. **Quais são os principais tipos de ocorrências atendidas por você no entorno do Parque Ambiental Macambira, no St. Faiçalville? \***

*Marque todas que se aplicam.*

- Homicídio
- Lesão Corporal
- Furto ou roubo a transeunte
- Furto ou roubo à veículo

- Furto ou roubo à residência
- Tráfico de drogas
- Perturbação do sossego
- Vandalismo
- Dano ao patrimônio público
- Ocorrências de trânsito
- Outro: \_\_\_\_\_

**13. Você acredita que a presença maior do poder público, como a Guarda Municipal e órgãos municipais, dentro da estrutura do parque ajuda a inibir o cometimento de crimes por parte do agressor social???** \*

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Não tenho opinião a respeito

**14. Como era a realidade da região antes da instalação do Parque Ambiental Macambira, no Setor Faiçalville?** \*

*Marcar apenas um oval.*

- Era mais perigoso e havia mais ocorrências na área
- Era menos perigoso e havia menos ocorrências na área
- Era mais perigoso, porém o número de ocorrências continuou o mesmo
- Era menos perigoso, porém o número de ocorrências continuou o mesmo
- Não mudou nada com a implantação do parque

**15. Acredita que a população se sente segura para utilizar o Parque Ambiental Macambira, no St. Faiçalville??** \*

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Não tenho uma opinião a respeito

**16. Durante o período noturno o parque apresenta boas condições de segurança para a utilização de atividades esportivas, culturais e de lazer?** \*

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Não tenho uma opinião a respeito

**17. Em sua opinião o que poderia ser feito para melhorar as condições de segurança no Parque Ambiental Macambira Anicuns, no StFaiçalville?** \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Melhorar a iluminação pública
- Melhorar a manutenção (poda de mato, alambrados quebrados, etc.)
- Maior presença das forças de segurança pública (PM, Guarda Municipal, etc.)
- Promoção de eventos sociais

- Maior envolvimento da comunidade local na utilização do parque  
 Outro: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – Questionário aplicado a moradores e comerciantes do Setor  
Faiçaville em Goiânia**

01 – Qual a sua idade?

*Marcar apenas um oval.*

- Menos de 20 anos  
 Entre 20 e 30 anos  
 Entre 30 e 40 anos  
 Entre 40 e 50 anos  
 Mais de 50 anos

02 – Qual a sua formação escolar?

*Marcar apenas um oval.*

- 1º Grau completo  
 2º Grau completo  
 3º Grau completo  
 Pós-graduado  
 Mestrado  
 Doutorado

03 – Há quanto tempo mora no Setor Faiçalville?

*Marcar apenas um oval.*

- Menos de 05 anos  
 Entre 05 e 10 anos  
 Entre 10 e 20 anos  
 Entre 20 e 30 anos  
 Mais de 30 anos

04 – Como avalia a criação do Parque Ambiental Macambira Anicuns para o desenvolvimento do setor?

*Marcar apenas um oval.*

- Excelente  
 Muito Bom  
 Bom  
 Regular  
 Ruim

05 – Na sua opinião, após a implantação do Parque houve uma melhora na sensação de segurança para os moradores?

*Marcar apenas um oval.*

- Sim  
 Não  
 Foi indiferente

06 – Se sente segura para utilizar o Parque Ambiental Macambira Anicuns, no St. Faiçalville para a prática de esportes e lazer?

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Apenas no período diurno

07 – Como era a criminalidade no local antes da implantação do Parque Ambiental Macambira Anicuns?

*Marcar apenas um oval.*

- Alto
- Médio
- Baixo
- Inexistente

08 – Em sua opinião, a implantação do Parque Ambiental Macambira Anicuns ajudou a diminuir os índices criminais no Setor Faiçalville?

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Não houve diferença

09 – Considera que após a criação do Parque Macambira Anicuns há uma maior presença diária das forças de segurança (Polícia Militar, Guarda Municipal, etc.) no Setor Faiçalville?

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não
- Não houve diferença

10 – Em sua opinião o que falta para melhorar as condições de segurança no Setor Faiçalville?

*Marque todas que se aplicam.*

- Mais policiamento
- Contratação do serviço ronda noturna
- Monitoramento por câmeras
- Iluminação de qualidade
- Melhorar a manutenção (poda de mato, alambrados quebrados, etc.)
- Promoção de eventos sociais

11 – Em sua opinião, o trabalho que a Polícia Militar desenvolve no Setor é?

*Marcar apenas um oval.*

- Excelente
- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim

12 – Em sua opinião, quais são os crimes mais frequentes que ocorrem no entorno do Parque Ambiental Macambira Anicuns, no St. Faiçalville?

*Marque todas que se aplicam.*

- Homicídio

- Lesão Corporal
- Furto ou roubo a transeunte
- Furto ou roubo a veículo
- Furto ou roubo a residência
- Tráfico de drogas
- Perturbação do sossego
- Vandalismo
- Dano ao patrimônio público
- Ocorrências de trânsito

13 – Você tem contato com os Policiais Militares que atuam no Parque Ambiental Macambira Anicuns, no Setor Faiçalville?

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não

14 – Possui o número do celular da viatura que atende ao bairro Faiçalville?

*Marcar apenas um oval.*

- Sim
- Não

### **APÊNDICE C – TCLE do questionário aplicado aos moradores e comerciantes do Setor Faiçalville**



**ESTADO DE GOIÁS**

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**



#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada Policiamento Comunitário e a revitalização do espaço público como forma de redução dos índices criminais: um estudo de caso sobre o Parque Ambiental Macambira Anicuns, St. Faiçalville, na cidade de Goiânia – GO, conduzido por Patrocínio Rodrigues de Almeida. Este estudo tem por objetivo verificar se a criação do Parque Ambiental Macambira, no Setor Faiçalville, em Goiânia, ajudou a diminuir os índices de criminalidade da região, desenvolvido na Polícia Militar de Goiás.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de

forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail [djpatro@gmail.com](mailto:djpatro@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 99939-5170. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações importantes da pesquisa: Título: Policiamento Comunitário e a revitalização do espaço público como forma de redução dos índices criminais: um estudo de caso sobre o Parque Ambiental Macambira Anicuns, St. Faiçalville, na cidade de Goiânia – GO. Objetivo geral: verificar se onde ocorreu revitalizações de espaços públicos abandonados, por parte do poder público, houve diminuição dos índices de criminalidade. O trabalho se justifica por buscar novas ferramentas para ajudar no Policiamento Tradicional (reativo). Assim, espera-se resultados efetivos que corroborem para o crescimento científico e que também, venham oferecer respostas as necessidades mais preeminentes para os gestores da segurança pública. A pesquisa se dará com aplicação de questionário, no local de seu trabalho, com duração máxima de trinta minutos, aos operadores de segurança pública do estado de Goiás, especificamente policiais militares. O questionário em questão não possui identificação dos dados de seu respondente. Será garantido o anonimato do participante, tendo em vista que a aplicação do questionário se dá de forma a não identificar o seu respondente. Será garantida a liberdade do/a participante de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, indiferente de serem favoráveis ou não, necessariamente, sendo garantido o anonimato dos participantes. A publicidade se dará através da publicação de artigo em revista científica. Você como respondente tem o direito de pleitear indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa, e ainda, mesmo que haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação, mas se houver necessidade, solicitar ressarcimento das despesas decorrentes da participação

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar do presente Projeto de Pesquisa.

Goiânia, \_\_\_\_ de dezembro de 2019.

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_